

Orientações contemporâneas da Ciência da Informação: vinculações com a epistemologia social¹

Contemporary orientations of Information Science: links with Social Epistemology

Maria Nelida González de Gómez²

DOI 10.26512/museologia.v11i22.43380

179

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

As atuais tendências da Ciência da Informação, após enfrentar uma dupla crise, da pandemia, a crise sanitária, e da desinformação, a crise da autoridade científica, estariam priorizando abordagens verísticas de recursos, ações e práticas informacionais, atualizando a centralidade tradicional da relevância da informação.

Palavras-chave

Ciência da Informação; desinformação; crise sanitária; orientação verística; relevância.

Abstract

The current trends in Information Science, after facing a double crisis: the health crisis, and misinformation, the crisis of scientific authority, would be prioritizing veristic approaches to resources, actions and informational practices, updating the traditional centrality of the relevance of information.

Keywords

Information Science; misinformation; health crisis; veristic orientation; relevance.

Introdução

Pensar num tempo pós-pandêmico, em sua expressão mais abrangente, para alguns, consistiria em perguntar-nos com que alcance e extensão a pandemia do Covid-19 constitui uma evidência tal, que permita inferir quais de suas ocorrências, as que nos afetam no presente, permanecerão ou provocarão efeitos num tempo próximo, ou se, além de prover indicações para inferir ou planejar ações no futuro, permitiria ir além, numa inferência prospectiva sobre possíveis mudanças, nas configurações paradigmáticas da Filosofia e Ciência da informação.

Se os resultados da COP 26 (<https://ukcop26.org/>) das Nações Unidas sobre o Clima não foram os esperados (lembremos as lágrimas de Alok Sharma, presidente da Conferência), ela teria levantado algumas teses de importância epistemológica e política: “a tese da relação da *crise ambiental e a crise sanitária*”, e “*a junção necessária da ciência e da saúde*”. Realizada junto à COP 26, a Conferência Global de Saúde e Mudança Climática, publicizando as preocupações da OMS manifestas no *Relatório Especial COP26*, sobre mudança climática e saúde, outorgava prioridade a temáticas que tinham sido até então exclusivas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras agências da ONU.

¹ A versão inicial deste trabalho, agora com reformulações, foi apresentada no XIII Workshop Internacional em Ciência da Informação (WICI), PPGCI-UNB, 26 de novembro de 2021, tendo como tema Ciência da informação: visões e tendências para o período pós-pandemia.

² Pesquisadora titular aposentada- IBICT/MCT.

O manifesto informa que 60% de todas as doenças infecciosas são resultado de saltos biológicos que ocorrem naturalmente quando uma forma de vida silvestre é *ameaçada de extinção* por conta do desmatamento contínuo e os efeitos de mudanças de clima. Os vírus e os micro-organismos são hóspedes naturais de animais silvestres. Quando estes desaparecem, por conta da ameaça de extinção, aqueles tentam um salto que poderá ou não dar certo dentro da lógica da evolução das espécies (ALCÁZAR; BUSS, 2021).

Nessa direção, a pandemia poderia evidenciar um futuro contingencial para a espécie, exposta riscos que, como a exploração das riquezas naturais, “[...] acabam cortando os fios não visíveis em que estão entremeadas as redes ecológicas” (MORAES; PARRA, 2021). Reproduzindo palavras de Anna Tsing

Pensar por meio da precariedade transforma a análise social. Um mundo precário é um mundo sem teleologia. Indeterminação, a natureza não planejada do tempo, é assustadora, mas pensar por meio da precariedade torna evidente que a indeterminação também torna possível a vida (TSING, 2015: 20 *apud* MORAES; PARRA, 2021)

Jonathan Fuller agrega observações importantes, numa perspectiva populacional da epidemiologia. O autor nos lembra que epidemias provocadas por “[...] surtos generalizados de doenças infecciosas”, não são novas, e afligem as civilizações por afetar, assim como o clima, as populações em sua totalidade: “As epidemias podem parecer ter uma vida coletiva própria, para além dos casos individuais de doença de que são constituídas - uma patologia da população sobre as epidemias” (FULLER, 2021). Analisa logo o primeiro princípio das teorias de Rose (1985), onde afirma “[...] *as causas dos casos individuais de doença são diferentes das causas da incidência da doença na população*” (FULLER, 2021, grifo nosso). Equivaleria a afirmar que, numa pandemia, se *a causa da infecção* é a mesma em todos os indivíduos, a *incidência* da doença numa população responde a múltiplos fatores locais e territoriais, como distribuição de renda, condições de moradia, transporte público, políticas preventivas, que variam conforme as plurais formas de vida coletiva, e suas agregações nas populações e territórios.

Ao mesmo tempo, o desafio evidenciário da pandemia, pela extensão generalizadora da problematização que a produz (*o risco de desestabilização da infraestrutura genética da humanidade*), traz a um primeiro plano a preocupação com *o que temos em comum, e que no imaginário democrático reconstruímos como os assuntos de domínio público*.

Poderíamos agora fazer uma primeira proposição, como ponto de partida de nosso tema e abordagem: a Ciência da Informação pareceria compor as constelações de saberes que são afetados duplamente por situações críticas de grande alcance, seja em seus processos de produção, seja nos domínios de construção de seus objetos de estudo, atualizando e ampliando suas questões de preocupação. E neste caso, se um evento de caráter pandêmico tem alcance mundial, a incidência de seus problemas e efeitos atenderão as condições singulares das populações, suas singularidades culturais e suas condições existenciais, econômicas, políticas, territoriais e, de modo semelhante, poderia afetar além das demandas de provisão de saberes e práticas profissionais, as perspectivas e prioridades de sua problematização.

Sem alentar prognósticos substantivos, neste trabalho, compartilharemos algumas reflexões aprofundadas na literatura que, preferentemente entre 2020 e 2021, são de interesse, a nosso ver, para a Ciência da Informação, e em áreas próximas às questões abordadas, como a saúde e epistemologia social.

Após apresentar brevemente relatos da revista *Nature*, sobre adequações da produção científica, na área da Saúde, para atender às demandas emergentes, apresentamos, em contraposição, o surgimento incremental de práticas infocomunicacionais negacionistas e estratégias de desordenamento dos ambientes informacionais públicos ou coletivos visando a favorecer interesses particulares e imediatistas, frente à demanda de políticas públicas de saúde, e de programas complementares que possam evitar o agravamento dos efeitos pandêmicos pela desigualdade, local e mundial, da disponibilidade e distribuição dos recursos. Com essa perspectiva, procuramos atualizar o estado atual dos estudos e pesquisas sobre a infodemia e o afrouxamento dos filtros de qualidade da informação, desafios que têm dado lugar a programas específicos de investigação. Finalizando, trazemos à reflexão alguns direcionamentos prospectivos dos estudos da informação, também surgidos antes da pandemia. Observamos que a crise sanitária, mais que uma provisão de evidências disruptivas, jogou luzes e sombras que colocaram em destaque problemas e soluções já esboçadas em circunstâncias prévias.

Tal seria o caso de um deslocamento dos objetivos prévios do campo disciplinar e profissional, questionando a prioridade dos valores de relevância, e sua definição habitual pelas demandas de informação e pelas ocorrências de produção e uso, para promover uma orientação verística, preocupada com as condições de verificabilidade e autenticidade da informação, em seus contextos de manifestação.

Incluímos nessa reflexão a infoesfera e suas malhas e redes digitais, cada vez mais presentes e necessárias em todas as atividades, domésticas e profissionais, internacionais e locais, e ao mesmo tempo, cada vez mais opacas e distantes do imaginário sociotécnico inaugural que, conforme Niels Ten Oever, outorgava três propriedades a Internet: “navegabilidade de ponta a ponta; abertura; inovação sem permissão”. (TEN OEVER, 2021).

Inovações nas ciências da saúde e mudanças das culturas científicas

Um dos efeitos da pandemia tem sido o fortalecimento das relações entre ciência e saúde: ao mesmo tempo em que aumentaram os desafios e as demandas, surgiram como respostas novas práticas e dispositivos digitais, que estão acelerando os ciclos de vida da informação, manifestando-se na produção e comunicação científica e na própria *démarche* do ensino e da pesquisa em Ciência da Informação.

Resumindo, a declaração da pandemia do COVID 19, ao afetar as atividades das instituições de ensino e pesquisa, nos atinge de duas maneiras, em nossas atividades acadêmicas; em nosso domínio de construção do objeto, ao afetar os ciclos de vida da informação em e para a saúde.

Após o silêncio das salas de aula, de ficarem vazios laboratórios e auditórios, discentes, professores, pesquisadores, profissionais das tecnologias de informação e comunicação e gestores dos centros acadêmicos e de pesquisa, começariam suas lutas para que, de um dia para o outro, todas as instancias da vida acadêmica fossem transladadas do espaço físico ao espaço virtual. Para Witze (2020), não aconteceria um mero deslocamento, nem uma re-ontologização da instituição universitária: as salas de aulas virtuais e os novos problemas gerados pela pandemia, sobre uma já conturbada situação econômica, afetariam de modo decisivo as universidades e em geral, a manutenção das infraestruturas de ensino e de pesquisa em todas suas manifestações e a nível planetário.

Não todas as alterações das rotinas acadêmicas, porém, deveriam gerar efeitos permanentes, mantendo-se expectativas de retorno a um novo normal.

A revista *Nature*, que tem como uma de suas principais características, em seu perfil editorial, fornecer “[...] notícias e interpretação rápidas, confiáveis, [...] das tendências atuais que afetam a ciência, os cientistas e o público em geral” (tradução nossa)³, numa série de oito breves artigos, apresenta algumas consequências razoavelmente previsíveis da pandemia, sobre a produção e comunicação do conhecimento científico e outras atividades acadêmicas. A partir deles, é possível esboçar um rápido panorama de efeitos comuns para instituições de ensino e pesquisa em todo o mundo, ao mesmo tempo que rapidamente podem perceber-se a diferente incidência desses efeitos por países, regiões, áreas do conhecimento, mas incide de maneira diferenciada em territórios, políticas, culturas.

O evento pandêmico teria gerado uma aceleração dos ciclos da informação na saúde, com o correspondente avanço temático dos conhecimentos, das técnicas e dos meios: um exemplo expressivo tem sido o desenvolvimento das vacinas que protegem dos piores efeitos da Covid 19. Ao mesmo tempo, a celeridade da ciência investigativa não teria deslocado a linha das desigualdades entre os países, territórios, populações, que dissocia os que têm acesso às inovações científicas e aos cuidados ampliados pela atualização dos recursos disponíveis, e aqueles que são excluídos de todos ou alguns dos recursos já disponíveis e necessários para a salvaguarda de suas vidas, mas também para a preservação da espécie.

Atividades de Ensino

Sendo o distanciamento social a primeira e única resposta disponível frente à crise sanitária, tem sido os dispositivos de Educação a Distância (EAD) já em funcionamento e os recursos emergenciais agenciados via Internet, para atender a situações não planejadas de educação remota, os que permitiram manter em atividade as Universidades, implementando-se soluções em princípio semelhantes em todos os níveis e funções do ensino fundamental, médio e no ensino politécnico, ainda que cada modalidade apresentasse problemas específicos. Surgiriam problemas próprios das diferentes áreas do conhecimento, como aquelas que requerem uso de laboratórios e equipamentos computacionais mais sofisticados, ou mesmo práticas em ambientes externos, sociais ou naturais.

No Brasil, em muitos países da América Latina e de outras regiões do planeta, dificuldades de acesso à Internet e aos recursos educacionais disponibilizados em meio digital, fizeram das tecnologias de informação e comunicação uma fronteira tecnológica capaz de duplicar as fronteiras econômicas e sociais, e toda outra forma de exclusão, em populações que já se encontravam em situações de vulnerabilidade.

No Brasil, além do problema já gravíssimo de interrupção do processo de aprendizagem e socialização, o fechamento da escola presencial teve consequências sérias para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual tem um papel fundamental nas políticas de segurança

3 “*Nature* é um jornal semanal internacional que publica as melhores pesquisas revisadas por pares em todos os campos da ciência e tecnologia com base em sua originalidade, importância, interesse interdisciplinar, oportunidade, acessibilidade, elegância e conclusões surpreendentes. A natureza também fornece notícias e interpretação rápidas, confiáveis, perspicazes e atraentes das tendências atuais e atuais que afetam a ciência, os cientistas e o público em geral.” (NATURE, 2020)

alimentar, atendendo a milhões de crianças e adolescentes, ainda quando se implementaram medidas visando a minorar o problema (VALENTE, 2003; BICALHO; LIMA, 2020; STEVANIM, 2020, dentre outros).

Numa apreciação panorâmica, se existem dúvidas sobre os ambientes digitais, de disponibilizar recursos que permitam e melhorem as aulas “de duas mãos”, a expectativa é que aumente o uso dos recursos providenciados pelas tecnologias de redes digitais, a serem utilizados em encontros a distância e presenciais, pluralizando e ampliando as oportunidades de diálogo e debates: o complexo escolar poderia expandir seu ambiente hermenêutico, além da comunidade local, com outros interlocutores, especialistas e testemunhos diretos de acontecimentos e processos técnicos ou culturais. Lembremos os livros vivos das culturas Qom, acessíveis em Bibliotecas Indígenas digitais (CANOSA, 2015), mas também a possibilidade de ouvir especialistas, profissionais e coletivos da sociedade civil, em diferentes áreas de problemas, onde alunos e comunidades levem assuntos de preocupação territorial e local, nacional, internacional.

Aceleração do ciclo de vida da informação científica em Saúde

Se as iniciativas de Acesso Aberto e Ciência Aberta antecedem e independem da emergência da crise sanitária, o Covid 19 acelerou o ciclo de vida da informação científica e incrementou o fluxo de informações sobre pesquisas e práticas clínicas referentes à pandemia. Para os estudiosos da comunicação científica, isso gerou, primeiro, e quase ao mesmo tempo, um aumento dos serviços de *preprint* e do volume de pesquisadores que colocam suas pesquisas nesse meio (KWON, 2020; SHOPOVSKI; SLOBODA, 2020).

Os editores científicos, a sua vez, diminuíram o tempo de publicação, contando com revisores dispostos a fazer rápido seu trabalho e, incluindo *Elsevier*, *Springer Nature* e o *New England Journal of Medicine*, colocaram os artigos de pesquisas sobre o coronavírus em acesso aberto (CALLAWAY, 2020). Nesse quadro, estariam sendo alteradas as fases e modalidades que caracterizavam o ciclo de vida da informação científica, promovendo o *preprint* a um estatuto intermediário entre o manuscrito e a publicação formal.

Uma outra inovação aconteceria nos processos de revisão e colaboraria para isso: a criação de um novo processo de arbitragem não excludente, externo à máquina editorial dos periódicos científicos, formado por grupos de cientistas que garantiam processos de revisão dos *preprint*, consensual e voluntária, e davam a conhecer seus pareceres e revisões junto com o próprio texto revisado dos *preprint*.

Alguns periódicos e editores, incluindo PLOS, eLife, UK Royal Society e Hindawi, lançaram uma iniciativa para criar um grupo de cientistas que desejam revisar rapidamente artigos sobre COVID-19, bem como compartilhar revisões entre periódicos. Um esforço chamado Review Commons, lançado no início de dezembro de 2019, permite que os cientistas tenham seus manuscritos revisados antes mesmo de serem publicados como uma pré-impressão. O manuscrito e suas revisões aparecem juntos no bioRxiv e são submetidos a um periódico participante. (CALLAWAY, 2020).

Não podemos adiantar qual será a evolução dessas modificações, mas parecem ser bem-sucedidas. Os bons resultados da comunicação aberta no período da emergência sanitária, seria igualmente garantia de eficácia nos períodos da ciência normal. Os serviços de *preprint*, como o *medRxiv* e *bioRxiv*, teriam o

mesmo sucesso entre os pesquisadores da área biomédica que o arXiv tem, desde a década do 90, entre os pesquisadores de física e matemática. (CALLAWAY, 2020).

Outro ramo da comunicação científica, que mostrou flexibilidade e resiliência na pandemia foram as conferências e reuniões que, de presenciais, passaram a acontecer *online*, usando serviços de videoconferência, como o Zoom, ou serviços de *streaming*, como os oferecidos pelo Youtube. As reuniões anuais de algumas Sociedades Científicas costumam ser muito numerosas, e mobilizam pessoas de lugares distantes, pelo que alguns destacam seus custos, não só em valores econômicos, mas também por seus efeitos no meio ambiente.⁴ As reuniões *online* oferecem vantagens ambientais e permitiram uma participação mais ampla daqueles que teriam problemas de deslocamento, como mulheres com filhos pequenos, por exemplo. Poderão também facilitar a participação, além dos grupos de pesquisa, de organizações públicas e da sociedade civil, com questões de interesse comum, de diferentes lugares do mundo.

Governança da pesquisa

Como efeitos ou soluções escolhidas frente aos desafios, será preciso acompanhar até que ponto tem sido afetados os processos de governança da pesquisa, na ordem local e internacional. Uma das consequências do SARS-CoV-2, seria a mudança das agendas de pesquisa, já que em muitas áreas do conhecimento aconteceria a migração de pesquisas em assuntos paradigmáticos de um domínio do conhecimento, para buscar assuntos associados à crise sanitária e ao coronavírus, ou a seus efeitos. Muitas dessas novas transversalidades favoreceriam o redirecionamento das pesquisas aos serviços de *preprint*.⁵ Afetando outra dimensão da governança, aconteceria um fortalecimento da pesquisa colaborativa e do exercício da Diplomacia da Ciência, gerando expectativas de reformulação e aprofundamento das políticas de Internacionalização da Pesquisa.

O domínio dos assuntos da informação

Muito antes da emergência da crise sanitária, observamos a emergência ou renovação de linhas alternativas de problematização, cuja intensão ou efeitos perturbariam o desenho e extensão do domínio de assuntos e questões dos estudos da Informação. Algumas orientações, colocam em debate a legitimidade e autonomia investigativa de um domínio que tenha, como especificação conceitual de seu objeto, a informação. Tratam-se de orientações que têm em comum apoiar-se em premissas ontológicas, propondo novos espaços materiais e conceituais de objetivação. Tal seria o caso das *Teorias do Documento, da docu-*

4 “As estimativas do custo do carbono das conferências variam, mas variam de 0,5 a 2 ou mais toneladas de dióxido de carbono por participante em viagem sozinho. Se cada um dos estimados 7,8 milhões de pesquisadores no mundo viajasse para uma conferência todos os anos, o limite inferior das emissões anuais de carbono seria aproximadamente equivalente ao de algumas pequenas nações.” (VIGLIONE, 2020).

5 Dados de servidores de *pre-print*, como *bioRxiv*, *medRxiv* e *arXiv*, indicam mais atividade do que o normal em certos campos, o que pode ser devido em parte ao redirecionamento de esforços de alguns cientistas para estudar o coronavírus. A participação geral de artigos na categoria de microbiologia do *bioRxiv*, que inclui a biologia de vírus, é maior do que em 2019, enquanto a participação na neurociência tem diminuído. Nas ciências físicas, o campo de ‘populações e evolução’, que inclui modelagem e epidemiologia, recebeu proporcionalmente quase cinco vezes mais inscrições em março, abril e maio do que no mesmo período do ano passado, embora a partir de uma pequena linha de base, diz Paul Ginsparg, um físico da Cornell University em Ithaca, Nova York, que foi cofundador da *arXiv*. (GIBNEY, 2020).

mentação e de algum modo, da *neo-documentação*, que recuperam e reformulam demandas teóricas e práticas, referentes ao caráter social, histórico e material dos documentos, valorizando os contextos institucionais que garantiriam as funções de preservação, memória, acessibilidade, e o atendimento as questões, conhecimentos e técnicas profissionais. Com a mesma ênfase ontológica, e acompanhando a inegável expansão das inovações tecnológicas, surgem tendências paradigmáticas constituídas em torno dos *dados*, abrindo diversas trilhas investigativas (e-Ciência, Ciência aberta, dados abertos, reuso de dados, mineração de dados, Inteligência Artificial, automação, *blockchain*, *Smart Cities*) (DESAI et al., 2022).

As duas tendências até agora referenciadas, que buscam reformular os domínios formais dos estudos da informação, têm em comum a proposta de redefinição ontológica do espaço de construção de objeto e das especificações desse objeto. Outras tendências, ainda quando possuam premissas ontológicas, colocam o acento na redefinição e ampliação das funções epistemológicas do domínio investigativo, com implicações acerca da aplicação prática de seus conhecimentos, em instituições e procedimentos de arbitragem e validação social das informações.

A mais visível destas tendências participa dos debates contemporâneos preocupados com o que fora denominado “era da pós-verdade”, fazendo referência à deflação epistêmica e normativa dos espaços públicos ou quase públicos, como as mídias sociais, capaz de gerar atmosferas de incertezas e desordem informacional em assuntos de interesse coletivo. Onde ganharam espaço estratégias de desinformação, crenças infundadas fatos alternativos em assuntos em que estariam disponíveis fontes confiáveis, conhecimentos certificados por procedimentos científicos, elucidação de fatos por testemunhas e pela história. De fato, trata-se da continuação de uma linha crítica surgida muito antes, construída em torno da confiabilidade e validade das informações acessíveis através da Internet, onde o aumento em extensão e densidade a informações é acompanhada por uma redução da atuação de sistemas de arbitragem e filtros instituídos de qualidade da informação (HILLIGOSS; RIEH, 2008; FALLIS, 2011; 2014; FIGUEIREDO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011). Outra tendência, de caráter construtivo, com ancoragens na Epistemologia Social, coloca o acento na responsabilização epistêmica e hermenêutica de indivíduos, coletivos e instituições, visando a fortalecer ou reinventar os sistemas de arbitragem e as molduras normativas (epistêmicas, éticas, jurídicas), contribuindo a assentar em bases verísticas as infraestruturas informacionais dos discursos públicos da ciência, da política, da educação.

Neste trabalho, abordaremos estas duas últimas tendências.

Perturbação estratégica de espaços públicos e coletivos de provisão de informações

Entre os assuntos de preocupação das ações investigativas e publicações, durante estes dois últimos anos, destacam-se aqueles que analisam o funcionamento e efeitos dos episódios e campanhas de desinformação, de informações parciais, equívocas, mentiras e estratégias intencionais de ignorância, justamente em circunstâncias em que é decisivo o acesso, reconhecimento e confiança em informações públicas e em suas orientações verísticas (científicas, instrumentais, normativas). Preocupações transversais acerca dos regimes e fluxos de informação, incluindo, entre outros, estudos das mídias sociais, biomédicos e em saúde

pública, têm favorecido o desenvolvimento de um domínio de conhecimentos, que, sem ser novo, ganharia hoje maior extensão e formalização. Tal seria o caso de programas investigativos que estariam configurando novas áreas do conhecimento, como a *Agnotologia* (PROCTOR; SCHIEBINGER, 2008; PROCTOR, 2020), e a *Infodemiologia* (ZIELINSKI, 2021; ARIAS, 2021, entre outros). A Ciência da Informação e a Biblioteconomia participam desse campo investigativo, estimulado pelas emergências da crise sanitária, com ênfases nos estudos críticos de letramento informacional ou de competência informacional, ou, de modo mais amplo, numa versão afirmativa, de aprendizagem informacional.

Apresentaremos brevemente a *Agnotologia* e a *Infodemia*, e lembraremos os estudos biblioteconômicos e informacionais sobre o funcionamento e efeitos da Autoridade Cognitiva na aceitação ou rejeição de uma mensagem, um documento, uma teoria.

Agnotologia

Para Proctor (2020), *Agnotologia* é o estudo de estratégias estruturais de *agnogêneses*, a produção ativa de incertezas e ignorância. A precarização estratégica dos horizontes hermenêutico e informacional, de indivíduos, grupos, populações, conforme finalidades e interesses daqueles que atuam para evitar que informações com potencial evidenciário, fontes documentárias e, em geral, conhecimentos científicos e especializados comprovados, fiquem ao alcance de indivíduos, grupos e populações e lhes permitam tomar decisões que seriam favoráveis a suas necessidades e expectativas, mas prejudiciais a interesses econômicos, políticos, ou de outra natureza, dos agentes que fomentam a ignorância, e promovem equívocos e incertezas.

Aqui nos centramos en la ignorancia – o duda o incertidumbre – como algo que se hace, se mantiene y se manipula mediante ciertas artes y ciencias. La idea se presta fácilmente a la paranoia, es decir, que ciertas personas no quieren que usted sepa ciertas cosas, o que trabajarán activamente para organizar la duda, la incertidumbre o la información errónea y así ayudar a mantener (su) ignorancia. Ellas saben, y pueden o no querer que usted sepa lo que ellas saben, pero usted no debe estar al tanto del secreto. Una idea poco explorada por los filósofos es que la ignorancia no se debe considerar como una simple omisión o brecha, sino como una producción activa. La ignorancia puede ser parte de un plan diseñado en forma deliberada. (PROCTOR, 2020: 25).

Tratam-se de práticas e estratégias conhecidas, objeto de numerosos estudos e de campanhas (não sempre suficientemente efetivas) de alerta e esclarecimento. Tal é o caso do ocultamento dos riscos à saúde pelo uso do tabaco, e o apagamento e ocultamento de efeitos predatórios de práticas humanas sobre animais, vegetação, montanhas, terras, água, acelerando os riscos de desastres climáticos (COOK; BEDFORD; MANDIA, 2014, entre outros).

As tecnologias de redes e a intervenção de agentes algorítmicos (*bots*), aumentam em extensão e permeabilidade o funcionamento e efeito das estratégias de *anagnoresis* e desinformação. As redes digitais permitem que, a partir do impulso de uma agência singular, as mensagens de ódio, de descrédito, se multipliquem em volume, áreas e destino da disseminação, visando atingir eleitores e consumidores, lideranças políticas, instituições e visões de mundo consideradas inimigas: muitas vezes para a obtenção de vantagens econômicas e políticas, outras para “cancelar” os que se consideram inimigos por ser ou pen-

sarem diferente, à luz de preconceitos e fundamentalismos de diversas ídoles e orientação.

Em qualquer caso, o *apagamento algorítmico da origem dessas mensagens* e sua desconexão das estratégias relacionais que lhe deram origem, são condições necessárias para obter efeitos disruptivos nas esferas discursivo-tecnológicas, porque a mentira, a fabulação ou as “realidades alternativas”, têm que ser apresentadas e aceitas como as verdades de maior legitimidade e vigência. Por isso mesmo, serão usados todos os recursos para evitar o confronto, par a par, com concepções opostas ou alternativas, os debates, as esferas deliberativas. Trata-se de evitar interpelações, qualquer questionamento sobre as fontes e as frágeis ou inexistentes garantias de suas afirmações. Isso colocaria de manifesto o caráter idefensável de seus atos e proposições, as quais se esvaziariam frente aos diferentes e pertinentes argumentos de contrastação (científicos, jurídicos, éticos, políticos).

Epidemiologia da Informação ou Infodemiologia

Um desses programas investigativos, surgido no contexto das Ciências da Saúde, ao menos desde a década dos 90, em processo de consolidação acadêmico-disciplinar será denominado *Epidemiologia da Informação* (EYSENBACH, 2002), ou *Infodemiologia* (ARIAS, 2021; ZIELINSKI, 2021).

Uma nova disciplina e metodologia de pesquisa tem emergido - o estudo dos determinantes e da distribuição de informações de saúde e de informações incorretas ou mentirosas - que podem ser útil na orientação de profissionais de saúde e pacientes para informação de saúde de qualidade na Internet. Epidemiologia da informação, ou Infodemiologia, identifica áreas onde há uma brecha na translação do conhecimento das melhores evidências (o que alguns especialistas sabem) as prática (o que a maioria das pessoas faz ou acredita), assim com os marcadores para informações de “alta qualidade”. (EYSENBACH; 2002: 763)⁶

A *Infodemiologia*, tendo como objeto de investigação as condições e formas de distribuição da informação e da desinformação ou das falsas informações em saúde, as quais desdobram as epidemias e as pandemias, numa *Infodemia*.

O texto de Eysenbach (2002), de caráter fundacional (ARIAS, 2021), dialoga com as concepções afirmativas da *Epistemologia Social*, da *Ciência da Informação* e com a *Comunicação*.⁷

A *Infodemiologia*, na mesma trilha reparadora de mobilizações e ações afirmativas, problematiza a circulação distributiva de informação, a desinformação, e a promoção estratégica da ignorância, visando a elucidar os efeitos do conhecimento ou de sua negação, no agir social e tomada de decisão, ao mesmo

6 “A new research discipline and methodology have emerged—the study of the determinants and distribution of health information and misinformation—which may be useful in guiding health professionals and patients to the quality health information on the Internet. Information epidemiology, or infodemiology, identifies areas where there is a knowledge translation gap between best evidence (what some experts know) and practice (what most people do or believe), as well as markers for “high-quality” information.” (EYSENBACH, 2002: 763).

7 Já o projeto de Egan e Shera (1952), num primeiro e discontinuedo esboço de *Epistemologia Social*, tinha como finalidade traçar e monitorar o mapa intelectual de uma formação social, através da materialidade das vias e recursos da comunicação gráfica, como infraestrutura de distribuição dos conhecimentos, seguramente incluindo os serviços gráficos e bibliográficos que ativavam sua circulação: esse monitoramento do mapa intelectual das sociedades, contribuiria para detectar e erradicar equívocos e confusões que, disseminados, teriam efeitos predatórios sobre o exercício de um *pensamento público*. Para contrarrestar esses efeitos, era preciso promover ações informacionais públicas e competentes. (EGAN; SHERA, 1952).

tempo em que buscam reverter os impactos disruptivos das concepções e estratégias negacionistas sobre indivíduos, coletivos e instituições públicas da saúde.

Nesse contexto, agências multinacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) assumem a Infodemiologia como saber disciplinar e dispositivo gerador de recursos de Gestão e Governança que, atuando sobre as fontes, agências e eventos infocomunicacionais da Infodemia, seria o braço coadjuvante dos esforços da Epidemiologia na contenção e reversão das crises sanitárias provocadas por epidemias e pandemias (ARIAS, 2021; OPAS, 2020). Trata-se de bons exemplos de ações que atingem a origem dos “tokens” falsacionistas e das mentiras, porque apontam os *types*, as configurações planejadas pelos atores intencionais que originam e operacionalizam os derrames de inverdades nas mídias sociais, em grupos de seguidores, nos jornais receptores.

Regimes informacionais e autoridade cognitiva

Estratégias de desinformação, falta de informação de qualidade, fabricação de imagens, situações, textos e inferências equívocas, assim como a incitação à destruição de símbolos, reputações, instituições, buscando acobertar interesses particulares e perturbar os ambientes de informação, o que deveria ser deliberado, planejado, decidido e executado, sendo do interesse dos muitos, *pertence ao domínio público e suas esferas de governança*.

De fato, tanto a implementação de orientações verídicas e afirmativas, em contextos públicos e institucionais, quanto a inclusão participativa em esferas deliberativas e de tomada de decisão, são muitas vezes ideias reguladoras, difíceis de realizar-se em formações sociais desiguais, com relações complexas e agonísticas. Requer regimes de informação abertos, inclusivos, pluralistas, participativos, onde haja espaço para as inovações políticas, culturais e sociotécnicas.

Em primeiro lugar, ações individuais e coletivas não necessariamente seguem as convicções racionais, aceitando exclusivamente informações de fontes credenciadas, e conforme conhecimentos verificáveis. Condições afetivas, impulsões não conscientes individuais e sociais, estereótipos culturais, formam um amplo e opaco elenco de motivações que complicam os planos coordenados de ações coletivas.

Alem de falar de falsas informações, desinformação, *fake news*, é preciso ocupar-nos do agente, de quem gera e legitima a informação, com ancoragem de ações estratégicas e intencionais. Podemos contrapor essa agência distópica ao *truth teller*, mais ainda, ao *parresiasta*, quem fala a verdade até com riscos para sua própria vida. A questão não se esgota, porém, no reconhecimento e imputabilidade de agente singulares, individuais ou corporativo. É preciso ampliar a perspectiva, é preciso que sejam publicizadas as molduras normativas dos processos avaliativos, de *assessment*, que seja elucidada a vigência ou não de orientações verísticas e critérios de imputabilidade epistêmica, em domínios institucionais e profissionais, nos espaços públicos, nas plurais atmosferas hermenêuticas dos ciclos da informação.

Nas esferas críticas dos estudos informacionais e biblioteconômicos, o questionamento da “autoridade cognitiva”, é introduzido por Patrick Wilson (1983), atualizado e reformulado por outros autores (RIEH; BELKIN, 1998; 2000; RIEH, 2010; FROELICH, 2019), como critério de confiabilidade para aceitar conhecimentos e informações gerados ou fornecidos por terceiros, nos complexos espaços de mediações da experiência individual e coletiva, onde se

entrecruzam os critérios e normas de aferimento da validade dos conhecimentos, com as regras de jogos de poder. Em seu livro, *Second-hand Knowledge: An Inquiry into Cognitive Authority*, Wilson (1983) diferencia o saber adquirido através de nossa experiência direta, que acontece em nosso próprio encontro com o mundo social e o mundo natural, e aquele que adquirimos por intermédio dos outros, em processos de interlocução e ressignificação, um “conhecimento de segunda mão”, e que de fato é constitutivo das constantes, diversas, abrangentes e inevitáveis atmosferas hermenêuticas das ações de informação.

Para Wilson, *autoridade cognitiva* seria aquela que é conscientemente reconhecida pelas pessoas que são influenciadas por ela, aceitando que se trata de alguém que conhece aquilo que sustenta conhecer. Implica o reconhecimento de que alguém tem autoridade para falar sobre um assunto, que obtém reconhecimento pelo exercício de suas competências na resolução de problemas. Difere assim das *autoridades administrativas*, constituída e apresentada em escalas hierárquicas, em estruturas organizacionais formalizadas (WILSON, 1983).

Hjorland (2016), ao mesmo tempo em que reconhece a importância da problematização de Wilson, acerca da autoridade cognitiva, provocando a reflexão epistemológica dentro e fora dos contextos de intervenção dos especialistas, e em assuntos que habitualmente não seriam de incumbência, como a *busca e avaliação da informação*.

Ao mesmo tempo, Hjorland coloca objeções, já que na perspectiva da hermenêutica e da pragmática, todo conhecimento é resultado de um híbrido, de nossa herança e convívio num contexto cultural e junto nossas experiências diretas, mas não seria possível traçar uma linha que separasse com clareza o que é um conhecimento direto ou “de primeira mão”, do um “*second-hand-knowledge*”. Nossa formação e herança cultural formariam parte, aliás, do inconsciente epistêmico que influencia nosso modo de perceber e interpretar, agindo como *autoridades de controle infracognitivo*. (HJORLAND, 2016, entre outros).

Concordaríamos em reconhecer que é requerido maior investimento em pesquisas e debates para esclarecer as condições de imputabilidade epistêmica das ações de informação, seja na perspectiva de sua qualidade e verificabilidade, seja quando deliberativamente orientadas a disseminar a mentira, favorecer ideias confusas, e promover a ignorância.

Froehlich (2019) tem agregado recentemente novas categoria, opondo as *autoridades cognitivas genuínas*, das *pseudo autoridades cognitivas*, exemplificadas com aquelas que teriam surgido e sustentado as ondas autoritárias do *trumpismo*, empenhadas na construção, com o apoio das redes digitais, das atmosferas anti-iluministas que alimentam realidades alternativas e os círculos da pós-verdade. Para Froehlich, *autoridades cognitivas genuínas*

[...] implicam alguma forma de aferimento intelectual sobre a credibilidade e confiabilidade dessa autoridade. Quando alguém pensa em uma autoridade cognitiva, tende-se a pensar em um processo racional, de reunião de evidências acerca da real autoridade cognitiva de uma pessoa ou instituição. (FROELICH, 2019: 129).

Pseudo autoridades cognitivas, pelo contrário, apelam à emoção, e respondem a motivações tribais, “[...] tais como preconceitos, medo, ressentimento, ganância, poder e raiva”, particularmente com respeito ao *status quo*, “[...] especialmente o que se imagina como *status quo* [...]” (FROELICH, 2019: 129).

O conceito de “autoridade cognitiva” alerta para os *fatores não gnosiológicos* que nutrem as estratégias de violência epistemológica e de injustiça her-

menêutica, ao mesmo tempo em que destaca a importância do reconhecimento da qualidade epistêmica da informação e de suas fontes, e da orientação verística dos agentes das ações de informação (e meta informação).

Cabe destacar, como uma das consequências das questões até aqui elencadas, nos processos reflexivos e de investigação dos estudos da informação e da comunicação assim como sobre dados e documentos, a importância de problematizar tanto imputabilidade ética e moral, quanto a imputabilidade verista ou epistêmica das ações e agentes de informação (FLORIDI, 2013; FROELICH, 2019).

São possíveis prospeções paradigmáticas?

Não acreditamos que seja possível fazer previsões acerca da redefinição do domínio problematização dos estudos da informação, como efeito causal da pandemia, de maneira isolada, e com referências pontuais aos críticos anos de 2020, 2021, e quiçás 2022. As linhas temporais do conhecimento empírico e reflexivo são sinuosas e novas ondas de preocupação trazem à superfície tanto velhas questões como temas inovadores.

De fato, temos visto que assuntos, como as *fake-news* ou o enfraquecimento dos filtros de qualidade da informação, nas esferas públicas não são assuntos novos, e foram objeto da Epistemologia Social e outros estudos, anteriores à emergência sanitária. Problemas sobre validade, credibilidade e confiabilidade das informações estão presentes, desde fins do século XX, em diferentes perspectivas e abordagens. Podemos mencionar, a respeito, duas grandes linhas investigativas bem representadas na literatura da área: os estudos dos grandes sistemas de avaliação científica e sua implementação em sistemas públicos de pesquisa (WOUTERS, 2017), e os efeitos da busca de informações nas redes digitais, sem mediação direta e explícita de instituições e sistemas certificados de arbitragem (BLAIR, 2003; SAVOLAINEN, 2011; HUVILA, 2013).

Outros assuntos têm ganhado prioridade e mobilizam as agendas de pesquisa, também sem relação com a crise sanitária. Conforme Furner (2016),

Embora muitos estudiosos da ciência da informação tenham, compreensivelmente, focado no conceito de "informação" como fundamental, alguns autores identificaram outros conceitos como tendo similarmente o status fundamental. Dois que são regularmente sugeridos como candidatos são "dados" e "documento". (FURNER, 2016: 287)

Neste texto, nos ocuparemos, de maneira panorâmica, de algumas dos antecedentes de uma possível orientação verística da Ciência da Informação, renovando direcionamentos propedêuticos da Epistemologia Social.

Questões sobre a desinstitucionalização dos mecanismos sociais de arbitragem dos conhecimentos e da fragilização dos filtros de qualidade da informação têm sido objeto reiterado da Epistemologia Social (GOLDMAN, 1987; 2000; 2021) e hoje são objeto de diferentes áreas do conhecimento (HAACK, 2014; BORGES; VIANNA; MENDONÇA, 2021, entre outros). Neste texto, buscamos apresentar, ao menos, algumas indicações acerca do deslocamento das abordagens críticas e preventivas, centradas na denúncia de práticas de desinformação e estratégias de ignorância, para dar centralidade às condições, critérios e recursos encaminhados a prover ações afirmativas de responsabilização epistêmica, envolvendo agentes individuais e coletivos, assim como os contextos institucionais e tecnológicos das ações de informação.

A fim de situar a orientação verística da Ciência da Informação (FURNER, 2018), ancorada nas premissas da Epistemologia Social (GOLDMAN, 1987; 2000; 2021), deveria-se diferenciar, de início, ao menos outras duas orientações paradigmáticas vigentes no pensamento contemporâneo: a) uma, de o maior reconhecimento e aceitação na área, que outorga prioridade e valor à *relevância de informações e fontes de informação*. Orientação de presença constante, teve bastante ênfase na década dos 90 (ver, por exemplo, FROELICH, 1994; SARA-CEVIC, 1996; FROHMANN, 1997), e de algum modo é um dos princípios de sustentação dos Estudos de Usuários e das práticas de informação (ARAÚJO, 2019); b) a segunda orientação provém das concepções ancoradas nos estudos filosóficos e epistemológicos da informação, algumas com referências à lógica e à filosofia analítica, que sustentam o *caráter alético da informação*, afirmando que algo pode considerar-se como informação, somente enquanto seja *informação verdadeira* (DRETSKE, 1981; FLORIDI, 2013, entre outros).

Por diferentes razões, um dos centros de atenção é novamente o conhecimento do conhecimento, agora com o reconhecimento dos aportes da epistemologia social e das dimensões sociais do conhecimento, nos estudos sociais da ciência, do direito, da educação e dos regimes de políticas.

[...] uma virada verística, no curso da qual a centralidade das preocupações epistemológicas para o OC é reconhecida e a verdade suplanta a relevância como um valor central. Parece possível e desejável distinguir entre caracterizações orientadas para a relevância e orientadas para a verdade da missão do trabalhador da informação, ao longo das mesmas linhas em que é útil distinguir entre duas famílias de teorias de crença. OC orientado para a relevância é aquele que busca avaliar suas práticas, instituições e produtos com base na medida em que os desejos dos usuários são satisfeitos. O OC orientado para a verdade é avaliado com base na extensão em que as crenças adquiridas pelos usuários são verdadeiras. Dado o apego histórico do LIS ao serviço orientado para a relevância, a influência das negações pós-modernistas da possibilidade de conhecimento objetivo e a manutenção no Código de Ética da IFLA (entre muitos outros) de uma declaração de compromisso dos trabalhadores da informação com a "neutralidade" (IFLA, 2012), talvez esta última seja a mais polêmica das conclusões? Então, novamente, na era de Trump, notícias falsas e "fatos alternativos", talvez não devesse ser. [...] (FURNER, 2018: 473)

A contraposição de uma orientação dos estudos e práticas profissionais que prioriza a relevância, e uma orientação verística tanto das premissas paradigmáticas dos estudos da Organização do Conhecimento (OC) e da Ciência da Informação, como na modelagem de sistemas de OC e práticas profissionais, não poderia resolver-se, de maneira simples, pensando-se em algo assim como um "Sistema de Recomendações" sofisticado. A questão é colocada num plano meta-epistemológico, visando a gerar procedimentos avaliativos não prescritivos, capazes de lidar com pluralismos epistêmicos e heterarquias, sem demérito da orientação verística dos sistemas de OC.

O cético pode sentir que esta é simplesmente uma manifestação contemporânea do antigo debate na biblioteconomia sobre os princípios concorrentes de "Dê a eles o que eles dizem que querem" e "Dê a eles o que achamos que eles precisam". Sugiro que a tarefa mais crítica que os teóricos da OC enfrentam hoje é reconhecer o vazio moral de ambas as posições e fornecer uma justificativa para uma OC que seja consistente com as concepções contemporâneas e pluralistas da verdade. No artigo completo, proponho desenvolver essa ideia, com o objetivo de reconstruir uma estrutura conceitual para a avaliação orientada para a verdade de sistemas de OC. [...] (FURNER, 2018: 474),

A orientação verística, por outro lado, não pode confundir-se com a definição alética da informação, já que aponta mais as condições de credibilidade e verificabilidade, que a uma relação necessária entre verdade e informação.

Se é na tradição filosófica da antiga Grécia onde surgem as concepções ontológicas da verdade, muitos atribuem a Aristóteles um primeiro deslocamento da relação entre o conhecer e o real, ao conceber o *logos* como o *locus* da verdade. "O verdadeiro é a afirmação da composição real do sujeito e do atributo e a negação de sua separação real." (ARISTÓTELES, 1998: 1517). Se parece nesse enunciado que a relação predicativa começa a prevalecer sobre a relação ontológica, o que produz a relação é ainda da ordem do ser, assenta-se numa função do *logos* (razão, fala, reunião) chamada de *apo-phainesthai*:

[...] só devido a que a função do *logos* como *apofansis* consiste no permitir que algo seja, mostrando-o, pode ser o *logos* a forma estrutural da síntese. *Síntese não quer dizer aqui enlace de representações*, em um manipular com processos psíquicos, uniões acerca das quais necessariamente surgirá o problema de sua concordância, sendo interiores, com o físico exterior. O *sin* tem aqui uma significação meramente apofântica e quer dizer permitir ver algo como algo. (HEIDEGGER, 1951: 43, destaque nosso)

Conforme Heidegger (1951), não aconteceria em Aristóteles uma plena semiotização do *locus* da verdade, mas uma ontologização da relação predicativa:

[...] Aristóteles tem explanado com mais rigor essa função da fala chamando-a *apophainesthai*. O *logos* permite ver algo (*phainesthai*) a saber, aquilo do qual se fala e permite-o ver a quem fala ou aos que falam uns com outros. A fala permite ver *apo...* partindo daquilo mesmo do qual se fala. (HEIDEGGER, 1951: 235).

No cenário contemporâneo, após o distanciamento dos modernos e dos pós-modernos das tradições metafísicas, as premissas ontológicas ganhavam prioridade sobre a epistemologia. Floridi, em sua Filosofia da Informação, é um dos que priorizam a ontologia sobre a epistemologia. No contexto de um *despliegue* ontológico abrangente⁸, só poderia qualificar-se como *verdade* ou *falta de verdade*, a *informação sobre a realidade*, que seria a informação declarativa, objetiva e semântica, a qual pode atribuir-se um diferencial alético: "A informação semântica consiste em dados bem formados, significativos e verídicos" (FLORIDI, 2005, p. 351 *apud* VIGNOLI; RABELLO; ALMEIDA, 2021). Ciente de que a pluralidade de definições sobre a validade da informação, Floridi (2005, entre outros) considera importante explicitar uma cláusula, nas definições-padrão da informação, acerca de sua condição verística, qualificando-a como *declarativa*, *não-mental* e *independente* dos possíveis usuários, e atenda a requerimentos empírico-analítico de validação. A diferença da informação como princípio estruturante do real, e da informação-operação, com funções instrumentais, é a *informação semântica*, ancorada nos *dedomena* (o dado, a diferença), a que atualizaria referências à aquela sínteses *apofântica* aristotélica.

8 Em sua taxonomia das manifestações da informação, seriam três as grandes categorias ontológicas: a) *informação como realidade* (por exemplo, um padrão de sinais físicas), denominando-se nesse caso *informação ambiental* ou *ecológica*; b) *informação sobre a realidade*, tal como seria o caso da *informação semântica* (que pode assim ser qualificada em relação a verdade ou falta de verdade); c) *informação para a realidade*, a qual teria a forma de "instruções" (e da qual a *informação genética* é um exemplo). (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2013).

Numa outra perspectiva, Alvin Irving Goldman também inclui na definição da informação uma remissiva à verdade, mas como *crença verdadeira*, contextualizando-a em processos culturais e temporais de semantização, indisociável de seu agenciamento por indivíduos, coletivos e instituições, mas presumendo o compartilhamento de normas de credibilidade e procedimentos de verificação (aquelas a serem deturpadas e simuladas pelas estratégias de ignorância e mistificação).

Essa condição implícita de justificação normativa e procedimental dos jogos de informação, fica melhor esclarecida quando Goldman define como função e exercício dessa orientação *veritista da Epistemologia social*, o exame e avaliação da “Qualidade epistêmica do discurso público” (Congresso de Filosofia, 1999):

A epistemologia precisa de um ramo social para complementar seu ramo tradicional, "individualista". Como sua irmã individualista, a epistemologia social seria um empreendimento avaliativo. Avaliaria práticas sociais (reais e possíveis) em termos de suas propensões a promover ou inibir o conhecimento, onde o conhecimento é entendido no sentido de uma crença verdadeira. A epistemologia social deve examinar as práticas de muitos tipos de atores, bem como as estruturas tecnológicas e institucionais: falantes, ouvintes, “gatekeepers” da comunicação (por exemplo, editores, editores, árbitros), tecnologias de comunicação e suas aplicações e arranjos jurídicos e econômicos que influenciam a qualidade epistêmica do discurso público. (GOLDMAN, 2000: 107).

Incorporando práticas avaliativas e referências normativas, a epistemologia social que coloca os discursos públicos como o espaço semiótico privilegiado onde se manifestam as práticas verísticas ou enganosas, simuladoras ou epistemicamente responsáveis de atores coletivos e agências públicas. São também espaços de confronto semiótico entre versões de fatos, normas, avaliações.

A orientação verística desenvolveria referenciais procedimentais e normativos conformidade com os marcos normativos dos regimes democráticos (GOLDMAN, 2000).

Para Goldman e O’Connor (2021) essa *orientação afirmativa da epistemologia social*, manteria uma completa sintonia com a epistemologia clássica, distanciando-se das propostas do “desmascaramento” ou “demistificação” da epistemologia tradicional e seu caráter prescritivo.

É interessante enfatizar essa abordagem afirmativa e normativa da epistemologia social, orientada a reconhecer e avaliar a responsabilidade epistêmica dos atores sociais, assim como ao aferimento dos padrões verísticos dos atores sociais e das instituições que podem ser aferidos pela qualidade das informações que colocam em circulação, assim como pela acessibilidade não só das informações, mas de seus contextos comunicacionais e argumentativos, assim como das garantias epistêmica e normativas ética que justifiquem sua enunciação ou interretação.

Com funções complementares às abordagens de orientação crítica e da denúncia das estratégias negacionistas e de desinformação, as orientações verísticas promovidas pela epistemologia social poderiam dar lugar a processos preventivos e de vigilância social sobre as responsabilidades epistêmicas e a confiabilidade das instituições e agências pública.

Referências

ALCÁZAR, S.; BUSS, P.M. O reconhecimento tardio da ciência e da saúde e a possibilidade de uma saída. *Le Monde Diplomatique*, 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-reconhecimento-tardio-da-ciencia-e-da-saude-e-a-possibilidade-de-uma-saida/>

ARAGÓN-AYALA, Carlos Jesús et al. Interest in COVID-19 in Latin America and the Caribbean: an infodemiological study using Google Trends. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00270720, 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A pós-verdade como desafio central para a ciência da informação contemporânea. *Em Questão*, n. online, 2020. DOI: 10.19132/1808-524500.%

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. *Palabra Clave*, (La Plata), v. 10, n. 2, e116, abril-septiembre 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 25, p. 1-17, 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Dos estudos de usuários da informação aos estudos em práticas informacionais e cultura: uma trajetória de pesquisa. *Informação em Pauta*, v. 4, n. 1, p. 121-135, 2019.

ARIAS, André. O nascimento do saber infodemiológico: a ciência da gestão de infodemias. *Liinc em Revista*, v. 17, 2021. DOI 10.18617/liinc.v17i1.5711

BICALHO, Daniela; LIMA, Tácio de Mendonça. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 15, p. 52076, 2020.

BLAIR, David C. Information Retrieval and the Philosophy of Language. In: CRO-
NIN, Blaise (Ed.). *Annual Review of Information Science and Technology*. Medford
- NJ: Information Today Inc., 2003. p. 3-50. v. 37

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves; VIANNA, Lucas Oliveira; MENDONÇA, Ma-
theus Thiago Carvalho. A Mecânica da Desinformação em Redes Epistêmicas e
as Contribuições da Filosofia da Ciência de Susan Haack. *Direito Público*, v. 18, n.
99, 2021.

CALLAWAY, Ewen. Will the pandemic permanently alter scientific publishing?.
Nature, v. 582, n. 7811, p. 167-169, 2020.

CANOSA, Daniel. Bibliotecas indígenas. *El Orejiverde*, n. 56, p. 3, 2015.

COOK, John; BEDFORD, Daniel; MANDIA, Scott. Raising climate literacy throu-
gh addressing misinformation: case studies in agnotology-based learning. *Journal
of Geoscience Education*, v. 62, n. 3, p. 296-306, 2014.

DESAI, Jules et al. *The epistemological foundations of data science: a critical analysis*. 2022. (Preprint)

DRETSKE, Fred I. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge, MA: MIT, 1981.

EGAN, E. Margaret; SHERA, Jesse H. Foundations of a Theory of Bibliography. *The Library Quarterly: Information, Community, Policy*, v. 22, n. 2, apr. 1952. Disponível em: <http://páginaspersonales.unam.mx/app/webroot/files/5880/Assinaturas/1876/Archivo2.4536.pdf>

EYSENBACH, Gunther. Infodemiology: the epidemiology of (mis)information. *The American Journal of Medicine*, v. 113, n. 9, p. 763–765, 2002. DOI 10.1016/S0002-9343(02)01473-0.

FALLIS, Don. On Verifying the Accuracy of Information: Philosophical Perspectives. *Library Trends*. v. 52, n. 3, p. 463-487, 2004.

FALLIS, Don. The varieties of disinformation. *The philosophy of information quality*, v. 358, p. 135-161, 2014.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Relações ou “semelhanças de família” em critérios utilizados para julgamento de informações na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12, 23-26 out. 2011, Brasília. *Anais...* Brasília: UNB/PPGCI, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/85/1/NE-LIDAEnancib2011b.pdf>.

FLORIDI, Luciano. Is semantic information meaningful data? *Philosophy and phenomenological research*, v. 70, n. 2, p. 351-370, 2005.

FLORIDI, Luciano. *The ethics of information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FROELICH, Thomas J. Relevance reconsidered—Towards an agenda for the 21st century: Introduction to special topic issue on relevance research. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 45, n. 3, p. 124-134, 1994.

FROELICH, Thomas J. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. *Open Information Science*, v. 3, n. 1, p. 115-136, 2019.

FROELICH, Thomas. Relevance reconsidered—Towards an agenda for the 21st century: Introduction to special topic issue on relevance research. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 45, n. 3, p. 124-134, 1994. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199404\)45:3<124::AID-ASI2>3.0.CO;2-8](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199404)45:3<124::AID-ASI2>3.0.CO;2-8)

FROHMANN, Bernd. "Best Books" and Excited Readers: Discursive Tensions in the Writings of Melvil Dewey. *Libraries & Culture*, p. 349-371, 1997.

FULLER, Jonathan. Epidemics from the population perspective. [S.l.: s.n.], 2021. Pre-print. Disponível em: [http://philsci-archive.pitt.edu/19286/..](http://philsci-archive.pitt.edu/19286/)

Orientações contemporâneas da Ciência da Informação:
vinculações com a epistemologia social

FURNER, Jonathan. Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. In: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION IN THE DIGITAL AGE. *Proceedings of the Fiteenth International ISKO Conference*. 2018. p. 468-474.

GIBNEY, Elizabeth. The pandemic mixed up what scientists study-and some won't go back. *Nature*, v. 582, n. 7811, p. 173-175, 2020.

GOLDMAN, A. I. Foundations of Social Epistemics. *Synthese*, Vol. 73, No. 1: 109-144. 1987.

GOLDMAN, A. I. Veritistic Social Epistemology. In: STEVENS, R. Cobb (Ed.). *Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy: Epistemology*, 2000. p. 107-114. v. 5

GOLDMAN, A.I.; O'CONNOR, C. Social Epistemology. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [S.l.: s.n.], Spring 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/epistemology-social/>

HAACK, Susan. Evidence matters: Science, proof, and truth in the law. [S.l.: s.n.], 2014.

HEIDEGGER, M. *El Ser y El Tiempo*. México: Bs.As.; FCE, 1951. 235 p.

HILLIGOSS, Brian; RIEH, Soo Young. Developing a unifying framework of credibility assessment: construct, heuristics, and interaction in context. *Information Processing & Management*, Elmsford, v. 44, p. 1467-1484, 2008.

HJØRLAND, Birger. Hjørland, B.. Subject (of documents). *Knowledge Organization*, v.44, n.1, 55-64. 2016.

HUVILA, I. In Web search we trust?: Articulation of the cognitive authorities of Web searching. *Information research*, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <http://informationr.net/ir/18-1/paper567.html#.Yoa3VajMJNs>

KWON, Diana. How swamped preprint servers are blocking bad coronavirus research. *Nature*, v. 581, n. 7807, p. 130-132, 2020.

METFÍSICA DE ARISTÓTELS. 2. ed. Trilingüe. Madrid: [s.n.], 1998.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. Organização Mundial da Saúde - OMS. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020. (Fichas Informativas COVID-19. Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris). Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>

MORAES, Alana; PARRA, Henrique Zoqui Martins. Zona de Contágio: uma ciência da coexistência para o tempo das catástrofes. *ClimaCom*, Ano 8, n. 20, 2021. (Coexistências e cocriações).

PROCTOR, R. Agnotologia. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá, v. 22, n. 42, p. 15-48, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18601/01245996.v22n42.02>

PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa. *Agnotology: The making and un-making of ignorance*. 2008.

RIEH, S.Y. Credibility and cognitive authority of information. In: BATES, M.; MA-ACK, M. N. (Ed.) *Encyclopedia of Library and Information Sciences*, 3. ed. New York: Taylor and Francis Group; LLC, 2010. p. 1337–1344.

RIEH, Soo Young; BELKIN, Nicholas J. Understanding judgment of information quality and cognitive authority in the WWW. In: *PROCEEDINGS OF THE 61ST ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE*. [S.l.: s.n.], 1998. p. 279-289.

ROSE, Geoffrey. Sick individuals and sick populations. *Int J Epidemiol*, v. 30, n. 3, p. 427-32, 2001. DOI: 10.1093/ije/30.3.427

SARACEVIC, T. Relevance reconsidered. In: *INFORMATION SCIENCE: Integration in perspectives. Proceedings of the Second Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS 2)*. Copenhagen: [s.n.], 14-17 Oct. 1996. p. 201-218.

SAVOLAINEN, R. Judging the quality and credibility of information in Internet discussion forums. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 62, n. 7, p. 1243-1256, 2011.

SHOPOVSKI, Jovan; SLOBODA, Brian. Covid-19 Pandemic, the Value of Open Access to Research, and Role of Agile Peer Review. *European Scientific Journal*, v. 16, n. 10, 2020.

STEVANIM, Luiz Felipe et al. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

TEN OEVER, Niels. “This is not how we imagined it”: Technological affordances, economic drivers, and the Internet architecture imaginary. *New Media & Society*, v. 23, n. 2, p. 344-362, 2021.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 51-60, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100008>.

VIGLIONE, Giuliana. How scientific conferences will survive the coronavirus shock. *Nature*, v. 582, n. 7811, p. 166-168, 2020.

VIGNOLI, Richele Grengre; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido. Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 26, p. 1-31, 2021.

Orientações contemporâneas da Ciência da Informação:
vinculações com a epistemologia social

WILSON, Thomas D. Human information behaviour. *Informing Science*, v. 3, n. 2, 2000.

WITZE, Alexandra. Universities will never be the same after the coronavirus crisis. *Nature*, v. 582, n. 7811, p. 162-165, 2020.

WOUTERS, Paul. Bridging the Evaluation Gap. *Engaging Science, Technology, and Society*, v. 3, p. 108-118, 2017.

ZIELINSKI C. Infodemics and infodemiology: a short history, a long future. *Rev. Panam. Salud Publica*, v. 45, n. 40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.4>

*Recebido em maio de 2022.
Aprovado em junho de 2022.*